

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

EDITAL DE LICITAÇÃO N º 055/07

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Judiciário nº 844/2007, de 16/02/07, torna público para conhecimento dos interessados que **às nove horas (09h00) do dia 02 de agosto de 2007 (02/08/2007)**, na sala de Reunião da Comissão de Licitação, no 1º (primeiro) andar, do Anexo II do Tribunal de Justiça, à rua 18, nº 508, Setor Oeste, em Goiânia-GO, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste edital e seu(s) anexo(s). Tal procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Judiciário nº 409/2003, disposições fixadas neste edital e anexo(s) e, subsidiariamente, às normas da Lei nº 8.666/93 em atendimento ao processos administrativos nº 2125421/2007.

PREGÃO PRESENCIAL

DO OBJETO

1. O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de retirada, transporte e instalação no hall de entrada dos auditórios do Tribunal do Júri 1 e 2, no Fórum da Comarca de Goiânia, da porta de segurança detectora de metais, eclusa, semi-automática, tipo Gunstop Bank, SAS MILLENIUM, instalada no Fórum da Comarca de Itumbiara, e, em complemento, confecção e instalação de divisória com portas em vidro temperado, 10mm, no mesmo local, em Goiânia, conforme especificações dos serviços contidas nos Anexos deste Edital.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

2. As despesas, decorrentes desta contratação, correrão à conta dos recursos consignados no vigente orçamento, no Programa de Trabalho 0451.02.061.4001.4001.03.20, Elemento de Despesa 3.3.90.39.18.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3. **Até 02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

3.1. Não será admitida a impugnação do edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail.

4. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**.

5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

DA PARTICIPAÇÃO

6. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seu(s) anexo(s).

7. A participação no procedimento licitatório implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste edital e seu(s) anexo(s), regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

8. Não será admitida nesta licitação, a participação de firmas suspensas para licitar e/ou declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público.

9. O edital e anexo(s) encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 1º (primeiro) andar do anexo II do Tribunal de Justiça, à rua 18, nº508, Setor Oeste, Goiânia-GO, ou pelo site www.tj.go.gov.br/Departamento/licitacao/licitacao.

DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

10. A proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

11. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com amplos poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, que lhe confira poderes para tanto, devendo identificar-se, exibindo cédula de identidade ou outro documento equivalente.

12. Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma proponente.

DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

13. As Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes, "A" **Proposta de Preço** e "B" **Documentos de Habilitação**, devidamente fechados e rubricados no fecho.

14. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa os seguintes dizeres:

a) AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, ANEXO II, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, RUA 18, nº 508, 1º ANDAR, SETOR OESTE – GOIÂNIA-GO;

b) NÚMERO DO PREGÃO;

c) RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE A)

15. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa ou datilografada em papel timbrado da empresa ou em formato A4, com carimbo contendo o CNPJ da empresa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e terá **validade de 60 (sessenta) dias corridos a contar da sua apresentação**. Caso não seja indicado, considerar-se-á válido por 60 (sessenta) dias.

16. Indicar nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato.

17. Na proposta deverá constar:

a) indicação de marca, referência e outros elementos indispensáveis à precisa caracterização de cada um dos itens, atendendo às especificações constante do Anexo deste Edital;

b) preços unitário e total dos itens cotados, conforme modelo de planilha, anexo deste edital. Em caso de divergência entre o valor unitário e total, será considerado o primeiro, e entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último;

c) garantia dos produtos ofertados;

d) data e assinatura da proponente;

18. Os preços ofertados, deverão ser líquidos e irreeajustáveis, neles incluídos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seu anexo.

19. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente edital e anexo(s), sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos.

20. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e anexo(s).

21. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

22. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação será pública, dirigida pelo Pregoeiro designado para o evento e realizada de acordo com a Lei 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, Decreto Judiciário 409/03 e em conformidade com este edital e seu(s) anexo(s).

23. No dia, horário e local marcados, antes do início da sessão, as proponentes deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poder para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos da Lei 10.520/2002, para a prática dos demais atos do presente certame.

24. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidas novas proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

25. Serão abertos inicialmente os envelopes contendo as propostas de preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

26. Abertas as propostas, o Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, e aquelas com valores **superiores em até 10% (dez por cento)** da proposta de menor preço ou, quando não forem verificadas, no mínimo 03 (três) propostas nas condições mencionadas, serão classificadas as melhores propostas de preços subseqüentes, **até o máximo de 03 (três)**, para que seus autores participem de lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas, conforme disposto na Lei 10.520/2002.

27. Às proponentes classificadas conforme item 26, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

28. A proponente que desistir de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída do certame.

29. Caso não aconteçam lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a aquisição.

30. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

31. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope de Habilitação contendo os documentos exigidos para o presente Pregão.

32. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital.

33. Habilitada a licitante vencedora, o Pregoeiro solicitará ao seu representante, que firme declaração, constando o preço final ofertado (unitário e total) para cada item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, com apenas duas casas decimais após a vírgula e por extenso, a qual integrará a Carta Proposta.

34. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto definido neste edital.

35. No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.

36. Nas situações previstas nos itens 29, 30 e 34, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço menor.

37. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitante vencedora, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio e demais licitantes, sendo-lhes facultados este direito.

38. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

DA DOCUMENTAÇÃO

39. Para habilitação a licitante deverá apresentar documentação abaixo discriminada, colocada na ordem seqüencial deste edital.

40. O envelope “B” (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) deverá conter:

40.1. Documentação relativa à regularidade fiscal:

a) prova de regularidade junto à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF;

40.2. Documentação relativa a qualificação técnica:

a) comprovação da capacitação técnico-operacional da empresa através de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atuante no mercado nacional, comprovando a execução, de forma satisfatória, de serviços com características semelhantes aos especificados neste edital;

41. Declaração da fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa”.

42. A proponente **deverá declarar**, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame.

43. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência.

44. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente edital e seu(s) anexo(s).

45. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seu(s) anexo(s), o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

46. Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente.

47. Após a análise da documentação, os membros da equipe de apoio e o pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

DOS RECURSOS

48. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, mediante registro em Ata da síntese das suas razões,

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

sendo-lhe desde já concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentação das correspondentes razões, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

49. A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.

50. Não serão conhecidos recursos interpostos enviados via fax e vencidos os respectivos prazos legais.

51. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, 1º (primeiro) andar do anexo II do Tribunal de Justiça, à rua 18, nº508, Setor Oeste, Goiânia-GO.

DA ADJUDICAÇÃO

52. Constatado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

DO EMPENHO

53. À licitante vencedora será concedido prazo de 03 (três) dias úteis, improrrogáveis, para retirada da Nota de Empenho, após convocação promovida pela Central de Compras, sob pena de decair o direito de fornecimento.

54. A firma adjudicatária para aceitar e receber a Nota de Empenho, poderá solicitar expressamente à Central de Compras do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás o seu envio via fax, se assim o desejar.

55. A recusa injustificada da firma adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

56. É facultado ao Tribunal de Justiça, quando a convocada não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar, respeitando a ordem de classificação, licitante remanescente para, estando o mesmo habilitado, efetuar o fornecimento, no prazo e condições por elas propostas.

DA ENTREGA

57. O prazo máximo aceitável para a entrega dos serviços é de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento oficial da Nota de Empenho.

58. Os serviços deverão ser coordenados pela Divisão de Operações Técnicas - DOT.

DO PAGAMENTO

59. O pagamento será feito até 10 (dez) dias úteis após a entrega dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pela área solicitante.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

60. Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido no item anterior, o mesmo será atualizado monetariamente pela TR *pro rata temporis*, ou por outro índice oficial substitutivo.

61. O preço contratado é irrealizável.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

62. Entregar o serviço em conformidade com o estabelecido no edital e anexo(s).

63. Comunicar, por escrito, a Divisão de Operações Técnicas, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

64. Substituir todo e qualquer serviço em que se verifiquem defeitos ou venham a apresentar durante o período de garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

65. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação.

66. Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº8.666/93, os **acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da compra.**

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

67. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do(s) serviço(s).

68. Efetuar, através da Divisão de Operações Técnicas, com o auxílio da área competente/requisitante, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite dos serviços.

69. Rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital e anexo(s).

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

70. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/2002:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital, incidente sobre o valor do material e/ou serviços não entregues;

c) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Tribunal de Justiça, por período de **até 05 (cinco) anos**, nas hipóteses e nos termos da lei 10.520/2002;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de **até 02 (dois) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei 8.666/93;

71. Se o total das multas atingir um valor igual a 10% (dez por cento) do preço total do objeto deste contrato, este será rescindido de pleno direito, a exclusivo critério do Tribunal de Justiça, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

72. As multas serão descontadas de qualquer crédito da CONTRATADA existente no TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em favor deste último. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

73. As penalidades, bem como a suspensão de licitar serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial e jornal de grande circulação.

RESCISÃO CONTRATUAL

74. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA reserva-se o direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA indenização de qualquer espécie, quando ocorrerem os casos previstos no artigo 78, da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

75. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

76. Fica assegurado ao Tribunal de Justiça o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

77. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Tribunal de Justiça não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

78. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

79. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

80. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e Anexo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal de Justiça.

81. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

82. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

comprometimento da segurança do futuro contrato.

83. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e anexo poderá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no 1º(primeiro) andar do Anexo II do Tribunal de Justiça, rua 18, nº 508, Setor Oeste, Goiânia/GO, pelo fax (0xx62) 3095-6256, ou telefone(0xx62)3946-2650 3946-2686.

84. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto licitado.

85. Aos casos omissos aplicar-se-ão às demais disposições constantes da Lei 10.520/2002.

86. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais formuladas por escrito.

87. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o desta Capital, com exclusão de qualquer outro.

88. Para conhecimento dos interessados lavrou-se o presente edital, que será fixado no quadro da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do Edifício do Palácio da Justiça, à Avenida Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, em Goiânia-GO, estando a Secretaria à disposição dos interessados para maiores informações, no horário de 8h00 às 17h00, pelo fax (062) 3095-6256, pelos telefones (062) 3946-2650 3946-2686, ou pela internet, no endereço www.tj.go.gov.br/Departamento/licitacao/licitacao.

Goiânia, 26 de junho de 2007.

**José Eduardo Perotto Lobo
Pregoeiro**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

ANEXO I

EDITAL Nº 055/07 PREGÃO PRESENCIAL TERMO DE REFERÊNCIA – MENOR PREÇO GLOBAL

1. OBJETO E ESTIMATIVA DE CUSTO

Execução dos serviços de retirada, transporte e instalação de porta de segurança detectora de metais, e em complemento, confecção e instalação de divisória de vidro temperado, conforme a seguinte especificação:

| ITEM | QTD. | UND | ESPECIFICAÇÃO | UNTÁRIO (R\$) | TOTAL (R\$) |
|--|------|-----|---|---------------|-----------------|
| 01 | - | - | Execução dos serviços de retirada, transporte e instalação no hall de entrada dos auditórios do Tribunal do Júri 1 e 2, no Fórum da Comarca de Goiânia, da porta de segurança detectora de metais, eclusa, semi-automática, tipo Gunstop Bank, SAS MILLENIUM, instalada no Fórum da Comarca de Itumbiara, e, em complemento, confecção e instalação de divisória em vidro temperado, no mesmo local, em Goiânia, conforme especificação dos serviços, projeto e planilha estimativa de custos, fornecidos pela Divisão de Manutenção Predial. OBS.: Os serviços deverão ser executados sob o regime de execução-empregada por preço global. | - | 6.596,26 |
| V A L O R T O T A L E S T I M A D O | | | | | 6.596,26 |

2. FINALIDADE.

Serviço solicitado pela Assistência Policial Militar/TJ, tendo em vista o controle de acesso no ambiente do Tribunal de Júri, onde existe a necessidade de impedir o acesso de pessoas portando metais portáteis.

3. LOCAL DE ENTREGA

O material deverá ser desinstalado e transportado da Comarca de Itumbiara, para instalação na Comarca de Goiânia – Hall do Tribunal do Júri, e, em complemento, confecção e instalação de divisória em vidro temperado no mesmo local, nas condições estabelecidos neste edital.

4. PRAZO PARA ENTREGA

O prazo máximo aceitável para a entrega dos serviços é de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento oficial da Nota de Empenho.

5. MODO DE PAGAMENTO

- O pagamento será feito até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto da licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pela Divisão de Operações Técnicas.

- **O documento fiscal deverá estar acompanhado das certidões de regularidade junto ao INSS / FGTS.**

Goiânia, 26 de Junho de 2007.

José Eduardo Perotto Lobo

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Pregoeiro

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO

REGÃO Nº 055/07

1.Objeto:

O presente memorial tem por finalidade descrever, orientar e regulamentar a execução dos serviços de: retirada com transporte da porta de segurança detectora de metais, eclusa semi-automática tipo Gunstop Bank, SAS MILLENIUM, do antigo Fórum da Comarca de Itumbiara, sito na Rua Santa Rita nº 51, Centro e instalação da mesma no hall de entrada dos auditórios do Tribunal do Júri 1 e 2, do Fórum de Goiânia. Também fornecimento e instalação de divisória em vidro temperado no térreo do prédio do Fórum de Goiânia, sito na Rua 10, nº 150 St. Oeste, Goiânia, Goiás, conforme projeto

2.Abrangência dos Serviços:

2.1. Serviço de desmontagem, retirada e transporte da porta de segurança detectora de metais, eclusa semi-automática tipo Gunstop Bank, SAS MILLENIUM, da Comarca de Itumbiara até Goiânia.

2.2.Instalação e revisão da porta detectora de metais eclusa semi-automática tipo Gunstop Bank, SAS MILLENIUM, no hall de acesso dos auditórios dos Tribunais do Júri 1 e 2 Tribunal do Júri 1 e 2, em Goiânia.

2.3. Serviço de fornecimento e instalação de divisória com duas portas de giro, em vidro temperado 10mm, no hall de acesso dos auditórios Tribunal do Júri 1 e 2 de Goiânia.

2.4. Serviço de faixa decorativa em jato de areia, nas portas e divisórias.

2.5.Serviço de fornecimento e instalação de duas portas de giro em vidro temperado de 10mm e serviço de faixa decorativa em jato de areia, nas portas e divisórias.

2.6.Serviço de estrutura em tubo de alumínio, com pilarete, vigamento superior e baguetes em tubo "U", para o vidro temperado.

2.7.Serviço de limpeza.

3.Descrição dos Serviços:

3.1. Serviço de desmontagem, retirada e transporte da porta de segurança detectora de metais, eclusa semi-automática tipo Gunstop Bank, SAS

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

MILLENIUM, da Comarca de Itumbiara para Goiânia:

O serviço de desmontagem, retirada e transporte da porta de segurança detectora de metal será de responsabilidade da empresa contratada. O transporte deve ser feito de acordo com as especificações do fabricante, a embalagem deve ser lacrada e devidamente rotulada e etiquetada, informar ao motorista sobre as características do produto a ser transportado e a carga e descarga têm que ser realizadas de maneira bem controlada para evitar danos por impacto.

3.2. Serviço de instalação e revisão da porta detectora de metais:

A instalação da porta detectora de metais será de responsabilidade da empresa contratada, onde esta deverá fazer uma revisão geral no funcionamento dos sensores e mecanismos. Também, caso necessário, recuperar avarias devido ao uso e/ou transporte, como por exemplo a pintura.

3.3. Serviço de fornecimento e instalação de divisória em vidro temperado:

Fornecimento e instalação de divisórias, em vidro temperado incolor 10mm, temperado nas dimensões: 1,40m de largura e 2,69m de altura e divisória de 1,80m de largura e 2,69 de altura (conforme detalhamento no projeto) fixados com metais em latão cromado, baguete em alumínio anodizado crú. Bandeiras de: 1,20m de largura e 44cm de altura e uma de 2,40m de largura e 59cm de altura, que será fixada sobre a porta de giro e acima da porta de segurança, respectivamente, conforme projeto.

A fixação do vidro com as paredes, com o piso e com a viga superior será através de baguetes em alumínio anodizado crú (perfil "U") – dimensões: 10mm de base, 20mm de altura e 2mm de espessura.

3.4. Serviço de fornecimento e instalação de duas portas de giro em vidro temperado.

Fornecimento e instalação de 2 (duas) portas de vidro cristal temperado 10mm, onde a dimensão de cada folha é de 1,20m e altura de 2,10m, com puxadores redondos em acrílico cristal transparente, fechadura-trava 140 OX PAPAIZ ou equivalente, trincos e contra-trincos cromados na parte inferior da porta e dobradiças pivotantes (para porta sem mola) da TERMOQUÍMICA (ou similar) em latão cromado no canto superior e inferior da porta, conforme projeto.

A porta deverá estar bem apurhada e que os trincos se encaixem perfeitamente e sua abertura em relação ao nível do piso deve ser verificado no local principalmente os ângulos das aberturas, quanto da definição das dimensões da mesma.

Faixa decorativa em jato de areia com 10X2cm e com espaçamento de 2cm entre cada faixa, conforme o detalhamento no projeto, preocupando-se com o nivelamento e espaçamentos dos elementos jatiados da faixa, na paginação e na seqüência dos diversos painéis e portas.

3.5. Serviço de estrutura em tubo de alumínio para o vidro temperado.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Será construído um montante de 40X40mm para sustentação da viga superior no canto no encontro das divisórias, (formando 90º), sendo fixado no piso com 4 (quatro) parafusos e buchas S-8 e na viga superior com parafusos auto-atarraxantes, será feito um vigamento em tubo de alumínio cor natural fosco retangular de 50X100mm, instalados na horizontal, sua maior dimensão da secção, conforme projeto.

3.6. Serviço de limpeza.

O serviço de limpeza será de responsabilidade do contratante.

4. Cronograma:

Deverá ser executado durante os finais de semana e a noite, respeitando o andamento das atividades nos setores adjacentes ao serviço. Também não poderá ultrapassar 30 dias.

5. Da responsabilidade:

5.1. A empresa contratada fornecerá uma garantia do serviço, e do material de no mínimo 5 (cinco) anos, contra qualquer defeito decorrente de falhas no processo executivo ou da definição da tecnologia aplicada de acordo com o Capítulo IV da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1999 do Código de Defesa do Consumidor.

5.2. A empresa contratada se responsabilizará pelos possíveis danos ou prejuízos que porventura venham causar às pessoas ou ao prédio do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, durante a execução dos trabalhos.

5.3. A empresa proponente fica responsável em fazer visitas nos locais, referente aos serviços e proceder levantamentos, conferindo quantidades, medida e grau de dificuldade para a execução. Com isto deverá expedir uma declaração de visita, quando da licitação.

5.4. A empresa contratada se responsabilizará pelos reparos e adaptações a serem feitas, caso os serviços não sejam recebidos a contento por parte da fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

6. Dos Aspectos Normativos:

6.1. Os materiais e serviços aplicados deverão estar de acordo com as normas atuais da ABNT;

6.2. A supervisão e a fiscalização dos serviços se farão pela DOT (Divisão de Operações Técnicas) localizada na "Coordenadoria dos Setores de Obras, Serv., Rec., Mat., e Prij., Especiais", do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sito na rua 18 esq. c/ Av. 85, nº 508 St. Oeste, Goiânia Goiás;

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

6.3.Os técnicos da empresa contratada, enquanto designados para a execução dos serviços, usarão crachás devidamente identificados.

6.4.Todos os detalhes da execução dos serviços assim como os materiais utilizados deverão estar de acordo com a boa técnica, ou seja, mão de obra e ferramental adequados.

6.5.Todos os detalhes inerentes ao serviço que estejam omissos na especificação, memoriais ou projetos deverão ser interpretados como partes deste e caso necessário uma maior definição técnica, então será resolvida formalmente de comum acordo com a fiscalização.

6.6.Vale ressaltar que a planilha estimativa de custos, o memorial descritivo, e o projeto são orientativos, ficando á empresa contratada a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.